Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo
Polícia Penal
Departamento Administrativo
Comissão de Cantinas

Processo Administrativo: 23/0602-0012496-9

Trata-se de processo administrativo eletrônico instaurado pela Polícia Penal com vistas à tramitação dos procedimentos relativos à concessão de uso remunerado de espaço público de 36,55 m² destinado à exploração de cantina nas dependências da Penitenciária Estadual de Santa Maria–PESM.

O processo foi devidamente instruído pela Polícia Penal, com fundamento na Instrução Normativa nº 005/2025, encontrando-se atualmente na fase de análise da exequibilidade das propostas apresentadas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 9122/2026, cujo objeto corresponde à referida contratação.

Nesse contexto, por meio da Informação nº 457/2026 – DELIC/CELIC, foi solicitada manifestação da Polícia Penal, na qualidade de órgão gestor e fiscalizador da contratação em vigor, acerca dos dados atuais da concessão, da situação de adimplência da atual concessionária, da compatibilidade dos valores apresentados com a realidade operacional da cantina e da exequibilidade econômico-financeira da proposta apresentada pela empresa Acácia Comércio de Alimentos Ltda.

Submetida a demanda à análise da Procuradoria Setorial, sobreveio a Manifestação Jurídica Setorial nº 4808/2026, que, considerando a natureza eminentemente fática e técnica das questões suscitadas pela CELIC, encaminhou os autos à Comissão de Cantinas para que, no âmbito de suas atribuições, prestasse as informações solicitadas.

Inicialmente, quanto à contratação atualmente existente na Penitenciária Estadual de Santa Maria, informa-se que a unidade prisional conta, nesta data, com população carcerária de 1.146 pessoas privadas de liberdade.

A exploração da cantina é atualmente realizada pela empresa Mais Sabor Alimentos Ltda., inscrita no CNPJ nº 11.309.933/0001-81, originalmente contratada por meio do Termo de Contrato nº 001/2019, cuja Ordem de Início dos Serviços foi emitida em setembro de 2019. O referido instrumento atingiu seu prazo máximo de vigência em 12 de setembro de 2025, razão pela qual os serviços vêm sendo mantidos, atualmente, em caráter indenizatório.

O valor mensal atualmente devido pela exploração da cantina corresponde a R$ 8.844,56. Registra-se, contudo, que a concessionária vem efetuando os pagamentos com atraso, encontrando-se, nesta data, em aberto o pagamento referente à competência de agosto de 2026, vencido em 08 de setembro de 2026.

Documento PROA Assinado

Quanto à solicitação de manifestação acerca da adequação e da exequibilidade econômico-financeira da proposta apresentada pela empresa Acácia Comércio de Alimentos Ltda., inscrita no CNPJ nº 12.246.043/0001-30, cuja proposta final corresponde a R$ 462.886,77 anuais, montante 238,88% superior ao valor anual de referência de R$ 136.593,12, informa-se que, atualmente, não há contratação de concessão de uso remunerado de espaço público para exploração de cantina mantida pela Polícia Penal com a referida empresa em estabelecimento prisional do Estado. Dessa forma, esta Comissão não dispõe de dados decorrentes de contratação análoga com a licitante que permitam aferir, a partir de sua experiência contratual com a Polícia Penal, a capacidade de suportar o valor ofertado.

Não obstante, com a finalidade de fornecer parâmetros objetivos de comparação e subsidiar a análise da DELIC/CELIC quanto à exequibilidade da proposta, apresentam-se, a seguir, dados relativos a outras concessões de mesma natureza atualmente mantidas pela Polícia Penal.

A título de primeiro parâmetro comparativo, registra-se o Termo de Contrato nº 049/2025, atualmente em seu 1º Termo Aditivo, celebrado com a empresa Rainer Corrêa Baumart Ltda., inscrita no CNPJ nº 28.123.469/0001-37, para concessão de uso remunerado de espaço público de 6,65 m², destinado à exploração de cantina na Penitenciária Modulada Estadual de Ijuí. A unidade conta atualmente com 808 pessoas privadas de liberdade, sendo o valor mensal da concessão de R$ 40.120,80, correspondente a R$ 481.449,60 anuais. Registra-se, ainda, que a concessionária se encontra adimplente quanto aos valores devidos pela concessão. À época do Pregão Eletrônico nº 9292/2024, o valor anual de referência era de R$ 105.798,84, enquanto a proposta posteriormente homologada e adjudicada correspondeu a R$ 463.769,22 anuais, valor aproximadamente 338,35% superior ao valor de referência.

Como segundo parâmetro comparativo, destaca-se o Termo de Contrato nº 044/2025, celebrado com a empresa Il Tramezzino Alimentações Ltda., inscrita no CNPJ nº 37.967.781/0001-06, para concessão remunerada de espaço público de 53 m², destinado à exploração de cantina na Penitenciária Modulada Estadual de Osório. A unidade conta atualmente com 1.532 pessoas privadas de liberdade, encontrando-se o contrato em seu 1º Termo Aditivo. O valor mensal atual da concessão corresponde a R$ 295.233,48, totalizando R$ 3.542.801,76 anuais, estando a concessionária adimplente. No Pregão Eletrônico nº 9056/2025, o valor anual de referência era de R$ 1.982.087,64, enquanto a proposta homologada e adjudicada correspondeu a R$ 3.392.144,79 anuais, aproximadamente 71,14% superior ao valor de referência.

Como terceiro parâmetro comparativo, registra-se o Termo de Contrato nº 061/2026, celebrado com a empresa Máximus Empreendimentos Ltda., inscrita no CNPJ nº 42.591.829/0001-56, para concessão remunerada de espaço público de 25 m², destinado à exploração de cantina no Presídio Regional de Passo Fundo. A unidade conta atualmente com 779 pessoas privadas de liberdade, sendo o valor mensal da concessão de R$ 46.202,98, correspondente a R$ 554.435,76 anuais. A concessionária encontra-se adimplente. No Pregão Eletrônico nº 9095/2026, o valor anual de referência era de R$ 241.059,00, enquanto a proposta homologada e adjudicada correspondeu a R$ 554.435,76 anuais, aproximadamente 130% superior ao valor de referência.

Por fim, como quarto parâmetro comparativo, destaca-se o Termo de Contrato nº 072/2025, celebrado com a empresa Il Tramezzino Alimentações Ltda., inscrita no CNPJ nº 37.967.781/0001-06, para concessão remunerada de espaço público de 16,38 m², destinado à exploração de cantina na Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro Jair Fiorin. A unidade conta atualmente com 1.800 pessoas privadas de liberdade, encontrando-se o contrato em seu 1º Termo Aditivo. O valor mensal atual da concessão corresponde a R$ 261.414,93, totalizando R$ 3.136.979,16 anuais, estando a

concessionária adimplente. No Pregão Eletrônico nº 9055/2025, o valor anual de referência era de R$ 354.668,88, enquanto a proposta homologada e adjudicada correspondeu a R$ 3.021.778,86 anuais, aproximadamente 752% superior ao valor de referência.

Diante do exposto, a Comissão de Cantinas apresenta as informações acima, no âmbito de suas atribuições, para subsidiar a análise da DELIC/CELIC quanto à adequação e à exequibilidade econômico-financeira das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 9122/2026.

Porto Alegre, 09 de setembro de 2026.

Respeitosamente,

COMISSÃO DE CANTINAS
POLÍCIA PENAL - RS
SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

Documento PROA Assinado

Nome do documento: Resposta a CELIC PESM.docx

Documento assinado por	Órgão/Grupo/Matrícula	Data
RENATA SANTOS EMANUELLI	PPRS / DA / 4975235	09/09/2026 14:53:10
VALERIA MACHADO MORAES HUTTER	PPRS / DA-DOF / 3709345	09/09/2026 15:14:54

Documento PROA Assinado